

O NEONACIONALISMO E A EXTREMA-DIREITA NA EUROPA: REFLEXÕES DESDE AS MARGENS

Neonationalism and the extreme-right in Europe: reflections from the margins

Carlos Federico Domínguez Avila¹

Hugo Rogelio Suppo²

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** cdominguez_unieuro@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2377-276X>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** hugosuppo@mac.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6518-5283>

Recebido em: 02 nov. 2022 | Aceito em: 10 dez. 2022.

RESUMO

A União Europeia enfrenta atualmente uma tempestade perfeita provocada por inúmeros acontecimentos que desafiam sua estabilidade e coesão social. Na introdução deste ensaio são apresentados os principais debates acadêmicos sobre a relação entre identidades nacionais e uma identidade europeia potencialmente emergente. A segunda e terceira parte do ensaio são destinadas a analisar dois dos maiores desafios que a União Europeia enfrenta: o chamado novo nacionalismo ou neonacionalismo e o *new authoritarianism*, com a multiplicação de partidos de extrema-direita. Nas considerações finais é destacado o fato de que a identificação nacional e o orgulho nacional aumentam a probabilidade de votar em um partido de direita radical europeu.

Palavras-chave: Neonacionalismo. Extrema-direita. União Europeia.

ABSTRACT

The European Union is currently facing a perfect storm caused by numerous events that challenge its stability and social cohesion. In the introduction to this essay, the main academic debates on the relationship between national identities and a potentially emerging European identity are presented. The second and third parts of the essay are intended to analyze two of the biggest challenges facing the European Union: the so-called new nationalism or neo-nationalism and the new authoritarianism, with the multiplication of far-right parties. In the final considerations, the fact that national identification and national pride increase the probability of voting for a European radical right party is highlighted.

Keywords: Neonationalism. Far right. European Union.

“Um povo cansado acaba procurando um messias, não um governante”.

Confúcio

INTRODUÇÃO

Na atualidade, afirmar que o Estado-nação está em crise tornou-se um clichê. Ele estaria sendo ameaçado por forças decorrentes da globalização que agem no plano interno e externo. Uma série de perguntas decorrem dessa interpretação: Existem novas formas de identidade acima – ou além – da nação? Existe um futuro para o nacionalismo? Já vivemos numa “aldeia global” por causa da interdependência crescente em todos os âmbitos? O impacto disruptivo da globalização é realmente igualitário e global? O estado-nação não estaria se transformando? O neonacionalismo deve ser visto como elemento essencial em uma *managed globalization* ou, ao contrário, como muitos sociólogos, antropólogos e ativistas o definem, como reação antiglobalização?

Para além de tantos questionamentos, uma coisa é indiscutível: o nacionalismo persiste contrariando aqueles diagnósticos que previam o triunfo da globalização sobre o nacionalismo, desafiando as projeções do marxismo e da teoria da modernização. Poderíamos ainda nos perguntar se ele permanece apenas resiliente diante da globalização ou se a globalização e o nacionalismo, sob certas condições, podem coexistir e, às vezes, apoiar ou encorajar um ao outro. Ainda assim, como explicar o *revival* do nacionalismo?

Para o *mainstream*, é uma aberração temporária. Entretanto, como continua “reaparecendo” em intervalos regulares há mais de duzentos anos, não faz nenhum sentido descrevê-lo como uma anomalia histórica. Nessa linha, Malešević (2019, p. 3) afirma o seguinte:

It is important to recognise that nationalism is not a juvenile disease that one can outgrow or cure. Nationalist movements are not some kind of marginal nuisance that periodically interrupts a natural flow of human development. It is crucial to acknowledge that rather than being a historical abnormality and a temporary irritation, nationalism is in fact the dominant form of modern subjectivity. Just as with other modern ideological projects, nationalism too is a child of the Enlightenment.

Ao mesmo tempo, existem dois novos conceitos de grande relevância para os fins deste ensaio: o pós-nacionalismo e o neonacionalismo. De forma geral, Breen e O’Neill (2010, p. 14) sustentam que os “Postnationalists reject what they see as its reification of culture, which bolsters unjust traditional practices, and argue instead for proceduralist modes of integrating minorities that centre on civic practices rather than particularist cultural identities.” Segundo os mesmos autores, os “Neo-nationalists, very differently, condemn multiculturalism for weakening the overarching national identity they believe essential for social cohesion and solidarity.”

Outrossim, Maureen A. Eger e Sarah Valdez (2014, p. 13) propõem que o termo neonacionalismo seja reservado aos movimentos nacionalistas dentro de Estados-nações já consolidados, que se sentem ameaçados, mas que não precisam ser radicais ou antissistêmicos. O *neo* os distinguiria dos partidos nacionalistas que promovem movimentos de construção de Estado ou separatistas. Destarte, “Neo-nationalism, therefore, is a subset of nationalism that can be considered a boundary-maintenance project rather than a nation-building Project”.

Sob a perspectiva do devir da União Europeia, quer pós-nacionalismo, quer neonacionalismo, são conceitos de crescente relevância. Com efeito, no plano da integração europeia, existem estratégias contraditórias: por um lado, existe o projeto de criação da identidade supranacional; por outro, há a reafirmação das comunidades particularistas das nações e regiões europeias. O resultado desse projeto, entre as condições de integração e fragmentação, é o encerramento e introversão. O dilema é sobre que tipo de comunidade pode proporcionar maior estabilidade e segurança.

A esse respeito, a qualidade das lideranças é um tópico altamente relevante. Observe-se que as lideranças nacionais-populistas, a partir da manipulação desse sentimento de “pânico identitário”, de “insegurança cultural” e de “ansiedade cultural” (Fieschi, 2012), defendem

políticas anti-imigração que supostamente seriam a melhor maneira para combater a radicalização e os problemas econômicos europeus. Eles também manipulam a eurofobia e o anti-europeísmo que se espalham por grandes setores das populações nacionais, vítimas da globalização e da revolução pós-industrial. Ou seja, mobilizam contra o medo através do medo. O medo, provocado pela “insegurança cultural”, é um estado de preocupação nas representações individuais e coletivas que é consequência das mudanças sociais causadas pela globalização e pelo multiculturalismo que tem as suas demandas não pautadas pela igualdade, mas sim pelo direito à diferença.

Nessa mesma ordem de ideias, e como reação ao multiculturalismo, a extrema-direita populista desenvolve um sentimento de nacionalismo étnico-cultural, que acaba se sobrepondo à ideia do nacionalismo cívico, pautado em valores universais encontrados sobretudo em democracias liberais. O modelo cívico é referente à existência de uma identidade política, e não leva em conta elementos culturais como a religião, a nacionalidade ou etnicidade.

Conclui-se que a insegurança cultural expõe as dubiedades e as desconfianças em torno da elite política, intelectual e econômica, e passa por uma relação identitária horizontal entre o “outro”, estrangeiro, e o “nós”, autóctone; bem como por uma relação vertical, entre a base e o topo da sociedade (Bouvet, 2015, p. 9). É a percepção do próximo ou da própria conjuntura mundial como uma ameaça à identidade, sendo esse crescimento da extrema-direita a expressão política do pânico identitário.

Em contraposição, cumpre acrescentar que a esquerda, de modo geral, não soube como enfrentar esse problema. Segundo Laurent Bouvet (2015), a esquerda europeia, por causa do “complexo colonial”, acabou aderindo ao chamado pós-colonialismo que triunfa a partir dos anos 1970, num quadro de profundas mudanças sociais e crise econômica. A narrativa pós-colonial substitui a narrativa clássica da emancipação operária e da luta de classes. Dessa forma, a esquerda personifica no que é diferente, no “condenado da terra” (Fanon, 2022), no imigrante, sua luta, ou seja, quem deve ser emancipado e “indenizado” doravante é determinado pela cor da pele, a origem étnica ou até mesmo pela sua religião, e não mais pela posição social do indivíduo.

Para a esquerda, estar do lado “certo” da história – quer dizer, do lado dos dominados – sempre a reconfortou. De fato, esse posicionamento é considerado uma quase obrigação. Nesse sentido, o “Ocidente” é apontado como o culpado de todos os males da humanidade. Esse pensamento único da esquerda europeia, que os gregos chamavam de *doxa* (conjunto de ideias e juízos generalizados e tidos como naturais por uma maioria) – o que alguns hoje chamam de “politicamente correto” – torna qualquer questionamento direcionado a ela como passível de acusações de racismo, islamofobia, eurocentrismo etc. (Bock-Côté, 2016). Dessa forma, a título de exemplo, para uma parte importante da esquerda, o Islã é considerado uma religião dos oprimidos e até mesmo os terroristas são percebidos como vítimas que reagem legitimamente contra um Ocidente supostamente decadente.

O tema, inclusive, originou grandes debates a favor e contra o papel do islamismo nos países ocidentais. Alguns autores consideram que os fundamentalistas islâmicos manipulam a opinião pública. Desde esse ponto de vista, Christopher Caldwell (2009, p. 19-23) afirma que a população muçulmana estaria aumentando mais rapidamente que o resto da população europeia, e que ela não estaria disposta a se integrar, porque o Islã é inassimilável pela cultura francesa e porque os imigrantes querem impor seus valores.

No polo oposto, alguns consideram que o problema não é o islamismo, mas o laicismo. Por exemplo, o sociólogo francês Raphaël Liogier (2012) critica o “laicismo de combate” por meio do qual os populistas apresentam de forma mítica a islamização da França para justificar o “higienismo identitário”, situação que lembraria a França de Dreyfus, no final do século XIX. Segundo Liogier, nos Estados Unidos, a islamofobia é claramente identificada com a direita: protestantes fundamentalistas, Fox News, e Tea Party. Na Europa, ao contrário, a islamofobia penetrou no conjunto da classe política. Em consequência, Liogier (2012, p. 53) considera que o mito da islamização é baseado em ideias falsas, como por exemplo, a “*bombe démographique*” muçulmana, que seria provocada pela natalidade, imigração e conversão, quando, na realidade, eles são apenas 4% da população europeia.

Em retrospectiva, o foco das pesquisas sobre o problema-objeto deste ensaio é direcionado aos modos e graus da europeização dos Estados-nações e sua evolução no tempo. Dessa forma, os debates estão centrados na questão da relação entre identidades nacionais e uma identidade europeia potencialmente emergente. Infere-se, por tanto, que os debates públicos e acadêmicos sobre a natureza de um processo em desenvolvimento, que é contínuo, não predeterminado, tampouco finalizado, são intensos. Todavia, o assunto apresenta correlações diretas com o fenômeno do novo nacionalismo.

NOVO NACIONALISMO/NEONACIONALISMO

No início deste século, as palavras neonacionalismo e novo nacionalismo se tornam muito frequentes na Europa e na América do Norte. Ambas eram comumente associadas a outros temas, como por exemplo, populismo de direita, nativismo, movimentos anti-imigração, antiglobalização e protecionismo (Müller, 2016).

A modo de comparação, os Estados Unidos, segundo Bertrand Badie (2019), apresentaram sucessivamente três respostas aos novos desafios da globalização: a neoconservadora (George W. Bush), a neoliberal (Barack Obama) e a neonacionalista (Donald Trump). Nesta última fase, a superpotência inverteu o curso completamente. Depois de promover a globalização, tornou-se uma espécie de força de protesto contra ela, com um retorno aos interesses nacionais. Dessarte, Badie (2019, p. 98-99) assinala o seguinte:

The central idea was a return to national interests. Globalization was only acceptable if it contributed to American interests, and the latter shaped the conditions under which the United States would engage in globalism. It was not a matter of isolationism, because foreign actions could prove beneficial and in any event help foster America's prestige and

power; but neither did it involve neoconservatism, because it was no longer a matter of converting the world into one's image, nor of neoliberalism, for economic globalization tended all too often to subvert American interests in favor of "upstart" economies. It was a combination of wanting to *rule* the world for one's own uses, and to *protest* against its excesses in order ultimately to thwart even some overly liberal orientations.

Por conseguinte, o neonacionalismo não é um renascer do antigo nacionalismo que surgiu na Europa no final do século XVIII e se espalhou pelo mundo garantido direitos, a emancipação e a libertação dos povos (Hobsbawn, 1990). O neonacionalismo, ao contrário, está focado na proteção, no fechamento, conforme sugere Badie (2019, p. 99-100):

The neonationalism taking shape here was a complete break with this practice of obtaining rights. On the contrary, it readily deprived people of their rights: migrants, foreigners, and ethnic, religious and sexual minorities. It was a form of isolation, of closing oneself off, that preferred walls, barbed wire, and borders; it reconnected with supremacism, highlighting "roots," "descent," and "being in one's own country." From this perspective, no longer being alone in the world meant first and foremost protecting oneself from others, locking one's door, and not trying to understand alterity.

Assim sendo, o mundo estaria assistindo a uma luta entre o nacionalismo globalizado *versus* o multiculturalismo internacionalista. Nessa mesma problemática, parece pertinente destacar que a reconhecida acadêmica britânica Mary Kaldor (2004) considera que o novo nacionalismo não é um retrocesso ao passado, mas é fruto da globalização, da pós-modernidade ou modernidade tardia. Ele foi "construído ou inventado" por meio dos novos meios de comunicação e formas de violência surgidos no período pós-Guerra Fria. Sendo assim, Kaldor (2004, p. 168) pondera o seguinte:

What I call the new nationalism is to be found in places like Nagorno Karabakh or Bosnia-Herzegovina and is bred in conditions of insecurity and violence. The new nationalism is exclusive, that is to say, it excludes others of a different nationality, and has much in common with religious fundamentalism, the insistence that religious doctrines be followed rigidly and imposed on others.

Concomitantemente, é oportuno alertar que são os líderes seculares os que recorrem ao nacionalismo e à religião como instrumentos de mobilização política em tempos de insegurança e frustração crescentes provocados pelas mudanças estruturais das sociedades. Os elementos dinâmicos desse novo nacionalismo são os jovens frustrados em seus planos de ascensão social. A ideologia do novo nacionalismo, segundo a mesma autora, é ao mesmo tempo moderna e antimoderna, ao defenderem, simultaneamente, a soberania territorial em nome da nação ou da religião e uma nostalgia de um passado puro, quando a nação ou a religião, viveram uma idade de ouro. A estratégia e a organização do novo nacionalismo são típicas da "modernidade tardia", usando os novos meios de comunicação e integrando, de uma perspectiva transnacional, as diásporas. A elas são destinados importantes recursos por meio da criação de estruturas paralelas, como por exemplo, escolas religiosas, ONGs humanitárias etc.. Assim sendo, a violência contra objetivos simbólicos e população civil faz parte da estratégia central de muitos desses movimentos.

Isto posto, Kaldor (2004) considera que a homogeneização cultural vertical dos estados sobrevive como uma espécie de espetáculo que concorre com culturas homogêneas horizontais e transfronteiriças. A única forma de conservar essas culturas verticais dos estados, numa era global, é por meio da violência e do terror. Ela conclui sua análise interpretativa nos seguintes termos (Kaldor, 2004, p. 176):

But if spectacle and small nationalisms could be harnessed to a cosmopolitan politics that reflected the complexity of contemporary conditions, then this would allow for global standards combined with cultural and democratic devolution. A cosmopolitan world would prioritise reason and deliberation as opposed to passion. Violence unfortunately squeezes the space for reason and deliberation. The fact that a good case can be made as to why cosmopolitanism is more likely to contribute to progress does not mean that such a world will come about.

Dessa forma, até o presente, os neonacionalistas observaram cuidadosamente a legitimidade constitucional, mas a manipulam para transformar a democracia constitucional a fim de consolidar seus próprios propósitos. Sob uma perspectiva analítica mais abrangente, cumpre assinalar que o neonacionalismo se tornou tópico ainda mais preocupante pelas suas correlações com o macrofenômeno da assim chamada terceira onda de autocratização no mundo, iniciada em 2008, conforme informado por numerosos institutos especializados no estudo e pesquisa da qualidade da democracia.

Com efeito, ainda que por razões de espaço não seja possível aprofundar nesta questão, a evidência disponível – tanto primária como secundária – corrobora a existência de afinidades eletivas entre neonacionalismo e autocratização. E ambos se erigem em um desafio claro e direto para muitas sociedades, já que estão erodindo ou socavando a qualidade da democracia existente, especialmente em suas dimensões procedimentais, de resultados e de conteúdo. A bem da verdade, esse processo de autocratização e de neonacionalismo é uma ameaça à democracia em países do continente europeu e alhures, inclusive na região ibero-americana.

'THE NEW AUTHORITARIANISM'

Alguns autores consideram que emergiu no mundo uma nova direita sob o rótulo de *Alternative Right* (na forma abreviada *Alt-Right*). O termo, que surgiu nos Estados Unidos, é utilizado para definir a todos aqueles que têm uma ideologia de extrema-direita, ultradireita ou extremista. O termo não designa, portanto, nenhum partido político ou movimento determinado, mas um fenômeno pelo qual um grande número de indivíduos compartilha uma ideologia. Alan Waring (2018, p. 461) o define assim:

(1) as an ideology, the spectrum of right-wing world-views outside traditional conservatism, which begins with a dissatisfaction with the mainstream political process and character and frustration by perceived impotence of traditional conservatism, and runs through populist, hard-right, ultra-right, and extreme-right ideology; (2) as an identifiable group, those having such world-views.

Com efeito, em um contexto de crescente autocratização global, o tema da extrema-direita política e social assumiu alta e crescente relevância, especialmente no continente europeu e alhures. Destarte, a era do domínio político europeu das três grandes famílias de partidos tradicionais, democrata-cristãos, social-democratas e liberais, parece ter terminado. Beatriz Acha Ugarte (2018) estudou a evolução política e eleitoral da ultradireita na Europa, e avalia estar na hora de considerá-los como parte do *mainstream* e não como uma anormalidade patológica. Nas últimas décadas, alguns desses partidos conseguiram obter resultados eleitorais impressionantes (tanto em termos de votos quanto de cadeiras). Assim sendo, partidos populistas radicais de direita, como os Irmãos de Itália de Giorgia Meloni, o Partido para a Liberdade de Geert Wilders, o Reagrupamento Nacional de Marine Le Pen ou o Partido Independência do Reino Unido-UKIP de Nigel Farage, estão se tornando cada vez mais influentes nas democracias da Europa Ocidental. Eles fazem parte atualmente do *mainstream* após terem feito alterações programáticas e comportamentais.

Inúmeros artigos nos jornais e trabalhos acadêmicos foram dedicados nos últimos anos para denunciar o crescimento, a partir dos anos oitenta, dos partidos de extrema-direita, com foco essencialmente na sua história, líderes e sucessos eleitorais. Contudo, pouco interesse tem revelado o estudo da ideologia desses partidos, uma vez que os autores se limitam apenas a apontar as semelhanças com as ideologias fascistas do período entreguerras. Frequentemente, mesmo quando essas semelhanças não são encontradas, o fato é considerado como prova de que eles escondem sua verdadeira ideologia para poder ter legitimidade (Dalle Mulle, 2018).

Uma revisão sistemática da literatura corrobora que predominam as pesquisas sobre os partidos radicais de direita focadas em suas origens históricas, programas políticos, manifestos, padrões de eleitores e políticas domésticas. Uma série de questões são compartilhadas por todos eles e que poderiam ter repercussões na política externa: anti-imigração, nativismo, antiglobalismo, antiamericanismo, antissionismo, antisemitismo e anti-islamismo. Contudo, não foi estudada a agenda internacional desses partidos de forma aprofundada. O fato é surpreendente, uma vez que muitos desses partidos foram criados para lidar especificamente com questões políticas externas. Assim sendo, questões como a migração internacional, o crime organizado e o terrorismo internacional, que são questões globais, foram redefinidas como problemas nacionais ou locais (Higgott e Proud, 2017).

O próprio termo “extremismo de direita” não é claro e é frequentemente utilizado para fins políticos, com o objetivo de atacar quem não compartilha das crenças “democráticas” ou “progressistas”. O professor Cas Mudde (2000), por exemplo, encontrou vinte e seis definições de extremismo de direita na literatura sobre o tema, e nelas cinquenta e oito características diferentes são mencionadas, pelo menos uma vez, e apenas cinco características são mencionadas pela metade dos autores: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e Estado forte.

Para complicar ainda mais o caos terminológico, uma grande variedade de novos termos, a maioria variantes ou derivados do termo populismo, apareceram para definir esses partidos.

Mudde (2007, p. 11-12) analisou os títulos de livros e artigos (comparativos) em vários idiomas sobre o tema e encontrou um sem-número de denominações: *extreme right, far right, radical right, right, radical right-wing populism, right-wing populism, national populism, new populism, neopopulism, exclusionary populism, xenophobic populism, populist nationalism, ethno-nationalism, anti-immigrant, nativism, racism, racist extremism, fascism, neofascism, postfascism, reactionary tribalism, integralism, antipartyism*. Entende-se que eles têm em comum o fato de descrever uma forma ou estilo específico de fazer política, e não analisar propriamente a ideologia desses partidos. Dessa forma, Mudde constatava, em 2007:

One of the key problems in the field of populist radical right studies is the lack of original research. Despite the plethora of publications that have appeared over the past twenty-five years, the field is still full of “received wisdom” that (so far) has not been tested scientifically. The reason is quite simple: only a very few researchers actually study populist radical right parties themselves. The vast majority of the literature is based almost exclusively upon secondary “analysis” of often highly debatable sources, be they nonacademic studies of populist radical right parties or large cross-national data sets with concomitant methodological and operationalizational problems. (Mudde, 2007, p. 295)

Adicionado a esse dilema está o fato de que existem partidos oportunistas que se reinventam constantemente e usam estratégias *catch-all*. Por exemplo, facilmente mudam de categoria passando de *euroenthusiasts* a *euroseptics* ou a *eurorejects*. Mudde propõe então o uso do termo ‘*populist radical right*’ que simplificaria as coisas ao enfatizar que todos os partidos que se enquadram nessa categoria adotam, no mínimo, uma forma específica de nacionalismo. Em consequência, Mudde (2007, p. 16) pondera o seguinte:

If one looks at the primary literature of the various political parties generally associated with this party family, as well as the various studies of their ideologies, the core concept is undoubtedly the “nation.” This concept also certainly functions as a “coathanger” for most other ideological features. Consequently, the minimum definition of the party family should be based on the key concept, the nation. The first ideological feature to address, then, is nationalism.”

Para os fins deste ensaio é relevante assinalar que os grupos de extrema-direita radical populista estão em crescimento constante na Europa. Nessa linha, é urgente explicar as razões que envolvem seu surgimento e sucesso. A globalização e a pós-industrialização, bem como suas consequências econômicas e sociais, não constituem uma explicação suficiente. O fato de ter um líder carismático, excelentes marqueteiros e uma forte organização partidária, podem ajudar, mas não são determinantes. A explicação mais plausível para o sucesso desses grupos, derivada de estudos empíricos, encontra-se em três questões que alimentam a narrativa desses partidos: corrupção e fracasso político (populismo), crime e terrorismo (autoritarismo), sociedade multicultural e imigração (nativismo/nacionalismo) (Mudde, 2007, p. 300).

Em suma, é incontestável que o problema-objeto deste ensaio de interpretação tem ramificações muito complexas, transcendentais e até paradigmáticas. Todavia, a experiência do neonacionalismo e da extrema-direita europeia – e estadunidense – conseguiu repercutir em outros países e continentes, especialmente no mundo ibero-americano. Eis os casos de uma nova

geração de lideranças, partidos e movimentos político-sociais que inclui, entre outros, a Santiago Abascal (Vox, Espanha), Jair Bolsonaro (Partido Liberal, Brasil), José Antonio Kast (Partido Republicano, Chile), ou Javier Milei (La Libertad Avanza, Argentina), por citar alguns dos mais conhecidos.

EXISTE UMA “INTERNACIONAL POPULISTA”?

Bastante relacionado com os tópicos anteriores é a questão das vinculações transnacionais – inclusive para países ibero-americanos – dos partidos e movimentos político sociais de extrema-direita. Dessarte, Christina Schori Liang (2007) destacou-se por publicar uma das primeiras obras acadêmicas acerca dos objetivos da política externa e de segurança da direita radical populista europeia, bem como sua capacidade de cooperar em nível internacional.

Ainda que, por razões de espaço, não seja possível aprofundar nesse assunto, é importante sublinhar que as táticas dos partidos e movimentos sociais de extrema-direita incorporam crescentemente elementos internacionais. Há também os efeitos miméticos de uns aprendendo com o sucesso dos outros que são amplamente divulgados pela mídia internacional e pelas redes sociais de forma intencionada, por exemplo, através da Breitbart News Network, a companhia de meios de comunicação da “direita alternativa” (*alt-right*).

Sobre essa temática, a socióloga letã Anda Rožukalne (2017) se pergunta qual é o papel da mídia e os jornalistas em relação aos políticos populistas. Usam-nos apenas como fontes de informação e, ao revelar passivamente suas opiniões ou ações, os ajudam a ganhar popularidade? Os jornalistas e editores de mídia são populistas, estruturam os eventos de maneira populista ao estruturar suas análises com o uso do estilo emocional na apresentação do conteúdo? Na opinião da referida autora,

Media, who are expected to provide exciting information every day, can gain advantages by publishing bold phrases, individualising political problems with the help of attractive politicians. (...) Namely, journalists in their treatment of events, topics and problems often use the populist division of “good guys” and “the others”. The good people supposedly cannot exercise their rights because “the others”, who are to blame for societal problems and their inadequate solutions, impede them. (Rožukalne, 2017, p. 39).

Eis a questão das organizações transnacionais neonacionalistas e de extrema-direita. Ocorre que, no meio a uma suposta guerra cultural contra os inimigos da civilização ocidental e cristã, certas entidades emergiram nos últimos anos. Elas reproduzem basicamente as reivindicações dos movimentos sociais e atores coletivos que afirmam estar em oposição ao comunismo, aos progressistas, às abortistas, aos desajustados sociais, aos globalistas, entre outros. Assim sendo, a internacionalização de entidades político-sociais neonacionalistas e de extrema-direita é um desafio analítico importante para futuras pesquisas, até mesmo por terem capacidade de mobilizar altos e crescentes recursos humanos, financeiros e simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo assinalado as tendências anteriores, cumpre apontar duas questões transcendentais principalmente para futuros estudos e pesquisas: de um lado, o processo de deseuropeização é consequência da ascensão do neonacionalismo?; e de outro, a deseuropeização representa o colapso da União Europeia ou o fim da integração regional? O projeto europeu requer a abolição do Estado-nação? Delanty (2021) responde negativamente às três perguntas: (1) nacionalismo e globalização não são necessariamente forças contrárias; (2) o projeto europeu estagnou por razões que nada têm a ver com o surgimento de correntes nacionalistas e eurocéticas; (3) os Estados-nação se ajustam continuamente às forças externas e à integração europeia, não desaparecem, mas sofrem transformações estruturais. Assim sendo, Delanty (2021, p. 105-106) conclui de forma otimista:

[...] despite its considerable destructive power, the resurgent forces of neo-nationalism lack capacity to bring about systemic change to an extent that European integration may collapse. There are four reasons why I think this to be the case: the separation between the nation and nationalism; the growth of societal polarization; the absence of a shared national imaginary in neo-nationalist movements; and the inability of the alt-right to construct a truly transnational movement.

A bem da verdade, a realidade não confirma totalmente seu otimismo. O Tratado de Maastricht limita o acesso à cidadania da União Europeia aos membros nacionais dos estados membros. Ela não substitui a cidadania nacional, mas a natureza dessa complementariedade é vaga e controvertida. A explicação para essa ênfase apenas nos direitos constitucionais se encontraria no modelo de integração política escolhido pelos *founding fathers of the European Union*, que visaram não só a evitar os excessos dos estados nações, levando a duas guerras mundiais, mas também a não o recriar a nível europeu.

Outrossim, hoje, um grande número de países europeus deve gerenciar conflitos étnicos e radicalização interna. Nessa linha, John Coakley (2009, p. 481) considera que não existe uma fórmula única, tampouco é possível reduzir as opções a qualquer tipo de classificação significativa. No entanto, ele arrisca uma receita para o bem comum: *“integration if possible; federation if expedient; consociation if necessary.”*

Dado o exposto, constata-se que a narrativa do neonacionalismo não é baseada na ideia de nação – inclusiva, ligada a direitos e deveres e com uma esfera pública comum –, mas na ideia de povo que está preocupado com as questões mencionadas acima. A noção de povo também foi incorporada pelo populismo de esquerda de uma forma subversiva, mas tem sido majoritariamente apropriada pela direita populista. O neonacionalismo é sintoma do que pode ser denominado insegurança das culturas nacionais. Assim sendo, a *radical right* incorporou como principal inimigos não apenas os migrantes, mas também a população liberal e cosmopolita (Boltanski; Chiapello, 2017).

Posto isso, é apropriado acrescentar que uma agenda ampliada de pesquisa nessa temática precisa aprofundar a interpretação analítica relativa ao fenômeno da ascensão do neonacionalismo e da extrema-direita contemporânea na Europa – e alhures –, inclusive suas causas, suas condições e possibilidades. Além disso, é necessário caracterizar o fenômeno, mapear seus principais elementos, e auscultar as forças que alimentam tanto o neonacionalismo, quanto a extrema-direita. Concomitantemente, é relevante conhecer melhor as estratégias de recrutamento e de divulgação desses partidos e movimentos sociais, bem como a crescente participação de mulheres em cargos de direção e liderança, e as vinculações transnacionais – inclusive com atores ibero-americanos.

Em suma, uma tempestade perfeita assola o continente europeu cujas consequências ainda não podem ser claramente determinadas, até porque novos desafios estão surgindo constantemente, como a recente invasão russa da Ucrânia. Os desdobramentos dessa tempestade podem ser catastróficos na mobilização política, no comportamento eleitoral, nos sistemas políticos, bem como na governança global e nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acha Ugarte, B. (2018). 'The Far Right in Western Europe: 'From the Margins to the Mainstream' And Back?' *Cuadernos Europeos de Deusto*, 59, pp 75-97.

Badie, B. (2019). *New Perspectives on the International Order. No Longer Alone in This World*. Cham: Palgrave Pivot.

Bouvet, L. (2015). *L'insécurité culturelle*. Paris: Fayard.

Boltanski, L.; Chiapello, E. (2017). *The New Spirit of Capitalism*. Londres: Verso.

Breen, K.; O'Neill, S. (2010). *After the nation?: Critical reflections on nationalism and postnationalism*. Nova York: Palgrave Macmillan.

Bock-Côté, M. (2016). *Le multiculturalisme comme religion politique*. Paris: Les Éditions du Cerf.

Caldwell, C. (2009). *L'ultima rivoluzione dell'europa. L'immigrazione, l'islam e l'Occidente*. Milano: Garzanti.

Coakley, J. (2009). 'Ethnic Conflict Resolution: Routes Towards Settlement', *Nationalism and Ethnic Politics*, 15 (3-4), p. 462-483.

Dalle Mulle, E. (2018). *The nationalism of the rich: discourses and strategies of separatist parties in Catalonia, Flanders, Northern Italy and Scotland*. Abingdon: Oxon, e Nova York: Routledge.

Delanty, G. (2021). 'Return of the Nation-State? De-Europeanisation and the Limits of Neo-Nationalism', *Journal of Contemporary European Research*, 17 (2), pp. 102-115.

Eger, M.; Valdez, S. (2014). 'Neo-nationalism in Western Europe', *European Sociological Review*, 31 (1), pp. 1-16.

Fanon, F. (2022). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar.

Fieschi, C. (2012). 'Cultural anxiety, class and populismo', *Policy Network*. Opinion, 3 Julho. Disponível em http://www.policy-network.net/pno_detail.aspx?ID=4207&title=Cultural+anxiety%2C+class+and+populism [Acesso em: 06 novembro 2022].

Higgott, R; Proud, V. (2017). *Populist-Nationalism and Foreign Policy: Cultural Diplomacy, International Interaction and Resilience*. Stuttgart: Ifa.

Kaldor, M. (2004). 'Nationalism and Globalisation'. *Nations and Nationalism*, 10 (1/2), pp. 161-176.

Liang, C. (2007). *Europe for the Europeans: the foreign and security policy of the populist radical right*. Hampshire: Ashgate.

Liogier, R. (2012). *Le Mythe de l'islamisation. Essai sur une obsession collective*. Paris: Seuil.

Malešević, S. (2019). *Grounded Nationalisms: A Sociological Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mudde, C. (2007). *Populist radical right parties in Europe*. Manchester: Manchester University Press.

Mudde, C. (2000). *The ideology of the extreme right*. Manchester: Manchester University Press.

Müller, J. (2016). *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Rožukalne, A. (2017). 'Is Populism Related Content the New Guilty Pleasure for Media and its Audiences?' In: A. KUDORS; A. PABRIKS (eds.). *The Rise of Populism: Lessons for the European Union and the United States of America*. Rīga: University of Latvia Press, pp. 37-56.

Waring, A. (2018). *The New Authoritarianism. A Risk Analysis of the US Alt-Right Phenomenon*. Vol. 1, Stuttgart: ibidem-Verlag Stuttgart.